

# O SUICÍDIO E FAMÍLIA – ANÁLISE DAS REPERCUSSÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS

## *SUICIDE AND FAMILY - ANALYSIS OF IMPACT ON SOCIAL AFFAIRS*

Ana Paula Moreira\*

Rafael Bozzo Ferrareze\*\*

**RESUMO:** O suicídio é algo complexo, carrega uma influência negativa e é um campo pouco dominado, mesmo sendo amplamente discutido e pesquisado por profissionais das mais diversas áreas das ciências sociais e humanas. Nesta pesquisa sobre o suicídio buscamos responder alguns questionamentos e reflexões acerca do tema suscitados na prática profissional de assistente social e nos estudos sobre as práticas junto à família. Este estudo partiu da análise de um caso específico de suicídio seguido de abuso sexual de criança. Perguntamo-nos sobre as motivações e refletimos sobre os impactos do fenômeno na dinâmica familiar e social, reiterando a simbologia do poder da sociedade perante as atitudes e comportamentos do indivíduo. Neste sentido o suicídio é apresentado como autopunição e na impossibilidade de reconstrução das suas relações sociais diante de seus atos.

**Palavras-chave:** Suicídio. Família. Relações Sociais.

**ABSTRACT:** *Suicide is something complex, it carries a negative influence and is a less dominated field, even being widely discussed and researched by professionals from the most diverse areas on social and human sciences. In this research on the suicide we attempt to respond some questions and reflexions about the theme raised on the social assistant professional practice and on the studies on the practices to the family. This study started from the analysis of an specific case of suicide followed by child sexual abuse. We ask ourselves about the motivations and we reflect on the impacts of the phenomenon on the familiar and social dynamics, confirming the simbology of the society power in front of the person attitudes and behavior. In this sense the suicide is presented as self punishment and on the impossibility of reconstruction of the social relations in front of their acts.*

**Keywords:** *Suicide. Family. Social Affairs.*

## INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo discutir o suicídio a partir de um caso em específico, qual remete suas repercussões no prisma familiar. Suscitado por inúmeros casos de suicídio,

---

\* Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil(2008).

\*\* Mestrado em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil(2015). Professor colaborador da Universidade Estadual de Ponta Grossa , Brasil.

muitas vezes explorados pela mídia e presente nas discussões e imaginário social da coletividade, sem objetivar realmente seus determinantes familiares, ou seja, quais os impactos junto a família - como a família estabelece e se de redefina através do suicídio de um de seus membros .

Desta forma, fomos provocados para relacionar o suicídio significado socialmente como expressão isolada do sujeito com as reflexões acumuladas nas ciências sociais, as quais apontam o suicídio como expressão das relações sociais que o indivíduo desenvolve no seu grupo social.

Ao longo deste processo de aprendizagem, a busca por informações junto a casos de suicídio, na tentativa de co-relacionar a prática do assistente social num trabalho interventivo junto às famílias enlutadas e na prevenção aos atos suicidas. No decorrer desta pesquisa, as motivações e inquietações no âmbito familiar foram sendo modificadas e a questão do suicídio alcançou novas compreensões, principalmente quanto ao nível de interação do indivíduo em sociedade, ou seja, a importância da sociedade na escolha de comportamentos e atitudes do indivíduo.

Esta pesquisa foi realizada no município de São João – PR, uma pequena cidadezinha provinciana, localizada na região sudoeste do estado, cerca de 430 Km de distância da capital. São João, possui uma população aproximada de onze mil habitantes, sua economia é baseada principalmente da agricultura e pecuária, possui índices satisfatórios de desenvolvimento com IDH-M 0,774<sup>1</sup>. Sua colonização deu-se por descendente de alemães e italianos vindos do estado do Rio Grande do Sul, em busca de território para expansão da agricultura. Apresenta fortes traços de rigidez religiosa em seus hábitos e cultura, bem visíveis na interatividade dos indivíduos cotidianamente, nas festividades religiosas e a intensa participação dos indivíduos em grupos comunitários.

No município de São João, foram notificados de 13 de casos de suicídio entre os anos 2008/2013, sendo destes nove (09) do sexo masculino, com idade entre 42 à 73 anos, onde foram utilizados

---

<sup>1</sup> Dados disponibilizados em [www.setp.pr.gov.br/pmas](http://www.setp.pr.gov.br/pmas), acessado em 24/05/2013.

meios de asfixia mecânica (enforcamento), envenenamento e uso de arma de fogo, e quatro (04) casos de suicídio do sexo feminino, com idade entre 27 à 61 anos, onde foram utilizados os meios de envenenamento e asfixia mecânica (enforcamento).

Segundo fontes do Instituto Médico Legal-IML<sup>2</sup>, no ano de 2013, ocorreram 18 casos de suicídio compreendidos nos quinze municípios que integram a Regional, nestes três (03) incidiram no município de São João. No primeiro trimestre de 2013 já ocorreram dois (02) casos de suicídio, ambos do sexo masculino, entre 49 e 60 anos, utilizando método de asfixia mecânica (enforcamento). Um caso especificamente chamou-nos atenção pela sua particularidade e complexidade e voltou às luzes para seu questionamento, redimensionando neste momento todo o objeto da pesquisa, no anseio de sua análise e compreensão.

## 1 AS LUZES PARA UM CASO

O suicídio é algo amplamente estudado por diversas ciências, onde tentam compreender os inúmeros aspectos para seu cometimento, enfocando diversas teorias que possibilitem a canalização da ação do homem sobre si mesmo, considerando os aspectos sociais, afetivos e saúde. Nas últimas décadas podemos perceber o crescimento de produções científicas na pesquisa sobre suicídio, enfocando predominantemente a identificação de situações de risco para os atos suicidas, buscando meios para sua prevenção.

Émile Durkheim é um marco para a investigação do suicídio. Ele desenvolveu um método, sob a perspectiva sociológica, demonstrando que diversas variantes sociais podem contribuir para que o indivíduo cometa o suicídio. Para Durkheim (1982, p 103): “Chama-se suicídio todo caso de morte que resulte

---

<sup>2</sup> No início das investigações encontrei dificuldades para levantar quantitativamente os casos de suicídio, pois os casos estão sub-notificados no Instituto Médico Legal-IML, Regional de Pato Branco por se encontrarem há anos em procedimento investigatório. Adicionalmente os registros das notificações não possuem banco de dados regionalizados. As informações aqui utilizadas foram autorizadas pela unidade regional do Instituto Médico Legal em Pato Branco/PR.

direta ou indiretamente, de um ato, positivo e negativo, executado pela própria vítima e que ela saiba que deveria produzir o resultado”. O autor considera tal ato como um fenômeno coletivo, e por isso a sociedade teria em um determinado momento uma predisposição definida ao suicídio. Dentre os fatores que podem levar uma pessoa a se matar estariam a individualização exagerada, as crises sociais e a não-diferenciação entre indivíduo e grupo Durkheim (1982).

Cassorla (1986) destaca que suicídio também é considerado como um ato de fuga, aonde o indivíduo chega à exaustão total - exaurido, não importando-lhe mais nada, apenas necessita parar de sofrer. Onde os agentes externos (sociedade) projetem-se como torturadores na sua condição de indivíduo pertencente ao grupo social. Em Schacker, apud Angermi; Canon (2007, p 10), suicídio é considerado “um projeto que faliu e ruiu diante dos escombros da dignidade humana, afetado circunstancialmente pela e dor e desespero”.

Compreendendo o suicídio como um fenômeno essencialmente social, a metodologia para esta pesquisa necessitava corresponder a uma perspectiva de investigação e aprimoramento da capacidade de transformação social-profissional. Motivo pelo qual Thiollent tornou-se uma referência importante, pois consideramos que a construção de um novo conhecimento implica uma contribuição acerca de uma questão levantada e estruturada a partir de conhecimentos anteriores, podemos assim dizer que toda investigação é um canal concreto de conhecimento e atuação (THIOLENT, 1988). Segundo o autor:

a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou uma resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLENT, 1988, p. 145).

Devido à natureza e ao objetivo deste estudo, o método qualitativo apresenta-se como a escolha mais adequada, por

possibilitar a construção de uma realidade a partir de uma ampla observação por parte do pesquisador, integrando dados de diversas fontes com base em alguns pressupostos. Como afirma Turato (2008) o valor da pesquisa qualitativa está neste processo de construção, apresenta uma dimensão social, pois enfoca a inserção da problemática abordada no contexto em que se vive na busca de maiores informações a respeito de suas implicações.

O estudo do caso selecionado para este trabalho possibilita a compreensão de algo que ocorre, por meio da experiência que dá ênfase à análise contextual de um determinado número de evento e seus relacionamentos. Tal qual apontado em Turato (2008) um caso possibilita ainda a correlação de questões pessoais, sociais, políticas e históricas, ampliando as possibilidades de análise dessas questões, levando em consideração a sua complexidade. É autônomo, fruto do interesse e esforço do próprio pesquisador, que respeita a contribuição de outros autores de maneira dialética, a partir da sua relevância.

Recorrida à técnica de entrevista semi-estruturada para compor a base desta pesquisa, com pessoas que mantinham contato direto com o indivíduo em questão, buscando familiares e amigos. Para Minayo (1999) a entrevista possibilita ao entrevistado a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, buscando interatividade social na relação entrevistado/entrevistador, sem respostas ou condições pré-estabelecidas pelo entrevistador:

Instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos. (MINAYO, 1999, p 121)

Ressalta-se que devido ao tema abordado não obtivemos a participação espontânea de várias das pessoas que buscamos para entrevistas. Sob forte pressão emocional elas alegaram dificuldade em falar sobre a morte, principalmente sobre o suicídio, considerando a complexidade que se deu o caso, não desejando expor suas considerações (opiniões) sobre o referido caso. Compreendemos a posição de resistência a partir do apontado por Sampaio e Boemer (2000, p. 237):

O suicida, de certa forma, ainda é compreendido como um transgressor, porém, de regras legitimadas pela cultura social. Ameaça o sentimento de onipotência humana que não aceita a possibilidade da morte e vive a cultura da vida. A negação da vida e a busca da morte, expressas no ato suicida, significam o rompimento do tabu existente em torno da morte. (SAMPAIO; BOEMER, 2000, p. 237)

Neste sentido, foram realizadas quatro entrevistas com a pessoa que mantinha relacionamento marital com o sujeito suicida. Após as entrevistas, as conversações foram transcritas na íntegra em forma de texto, no qual se tentou incluir os sentimentos expressos pela intensidade da fala.

Helena, conforme se convencionou chamá-la para fins de preservação de sua identidade, apresentou-se solícita para sua participação na pesquisa, conversou sobre o tema proposto sem dificuldade aparente, mantendo o controle de suas emoções por todo o tempo de duração dos quatro encontros.

A primeira entrevista foi realizada em *in loco*, na residência de Helena, onde convencionou explicar o objetivo desta pesquisa, da seriedade com o tema e da relevância do mesmo, considerando que o ato do suicídio pode ser cometido por qualquer pessoa, pertencente ou não dos vínculos parentais, afetivos ou de convivência e também por ser um fato recorrente no município.

Outras três entrevistas foram realizadas na sede do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, considerando as pertinências de espaço físico e sigilo para a intervenção, em períodos semanais. Helena possuiu total liberdade do tempo para expressar seus relatos e enfatizar os fatos em sua relevância.

Helena, 51 anos, desempregada desde maio de 2012, é cozinheira, católica, foi casada 20 anos com Francisco, 60 anos, autônomo, que cometeu suicídio em março de 2013, por método de asfixia mecânica (enforcamento). O casal vivia em uma casa simples, ambos trabalhavam, eram responsáveis por Marina,

08 anos, neta de Helena, há cerca de dezoito meses, devido ao desaparecimento da mãe da menina<sup>3</sup>.

A entrevistada relata que possuíam bom relacionamento conjugal, uma rotina determinada pelo ritmo de trabalho de ambos e mantinham vida social e familiar estáveis. Frequentavam assiduamente clube da terceira idade, bailes, praticavam atividade física semanalmente em grupo de convivência. Afirma que Francisco era saudável, não utilizava medicamento, fazia uso social de álcool e somente quando entristecido por motivos financeiros falava na sua morte.

Helena relata alguns fatos ocorridos, na noite do suicídio. Estava indo trabalhar (cozinheira de restaurante), e por causa da chuva, e excepcionalmente naquela noite, deixou Marina sob os cuidados de Francisco e com baixo movimento do estabelecimento decorrente de forte chuva, retornou a residência antes do horário previsto. Ao chegar próximo à porta de entrada da casa, ouviu risos da neta e do esposo, disse estar curiosa e procurou olhar o que estava ocorrendo, pela fresta da fechadura da porta por determinado tempo, viu que Marina estava brincando no sofá, quando Francisco abaixou suas calças e fixou olhar na púbis da menina, Helena disse que ele iniciava uma respiração ofegante, e com medo que algo ocorresse, resolveu arrombar a porta. Neste instante Francisco manteve-se em silêncio e a mesma resolveu chamar a Polícia Militar e o Conselho Tutelar.

Quando a Polícia Militar e o Conselho Tutelar chegaram, Francisco não se encontrara no local, Helena foi orientada sobre os procedimentos a serem adotados. Posterior a isto, Francisco retornou ao lar e, conforme relato, falou para Helena: “não irei te incomodar”. Francisco saiu novamente e Helena afirma ter escutado barulho de manuseio de ferramentas no paiol localizado nos fundos da casa. Ao acordar pela manhã, Helena deparou-se Francisco enforcado na lateral casa.

---

<sup>3</sup> Referente aos genitores de Marina, o pai é desconhecido e sua mãe encontra-se desaparecida, e conforme inquérito policial, existem suspeitas da mesma ter sido vítima de tráfico internacional de órgãos.

Conforme os relatos de Helena, o comportamento e as atitudes de Francisco não expressavam impulsos suicidas. No decorrer das entrevistas Helena apresenta considerações acerca dos comportamentos de Francisco: “ele sempre estava alegre, tinha muitos amigos, gostava muito de se vestir de gaúcho nos bailes... não dá pra entender porque ele fez isso.. não dá pra entender...”. Helena continua:

antes de ele sair da casa, nós nos abraçamos e demos um beijo... dava até pra dizer que era uma despedida... ele sabia que tinha errado... por isso não falou nada, ficou mudo na hora que peguei ele...

De forma complementar, foram realizadas também a observação de sessões psicoterapêuticas realizadas com Marina, neta de Helena e Francisco e vítima de abuso sexual pelo avô-suicida. Na condição de pesquisador-observador compor a lógica de interação do objeto de estudo com a apreensão do discurso dos indivíduos diretamente envolvidos. Conforme apontado por Minayo (1999, p. 135):

Definimos observação participante como um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados e, ao participar de vida deles, no seu cenário cultural colhe dados. (MINAYO, 1999, p. 135).

Este processo de observação foi utilizado no momento de intervenção no decorrer de dois acompanhamentos psicológicos em que a criança Marina foi submetida, com a finalidade de aferir a compreensão sobre o significado de abuso sexual e visualização de ser (sujeito) abusado por outrem. O acompanhamento psicológico foi realizado pela psicóloga do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, em local propício e adequado para o mesmo, contando com estrutura que aporte o sigilo de informações e proteção da infante. A observação foi objetivada como registro de informação de como a criança Marina compreendia o significado de abuso sexual e se visualizava como vítima de tal.



## 2 ANÁLISE DO CASO

Abuso sexual é todo ato que promova a satisfação sexual do abusador perante uma criança ou adolescente, exercendo uma relação de controle entre abusador/abusada. Segundo Santos (1991, p 16) é a interação entre o adulto e a criança, sendo a mesma usada para estimulação sexual do adulto. Em particular, no caso em análise, se estabelece o chamado voyeurismo, que é a gratificação sexual pela visualização das partes sexuais não consumando o contato físico entre as partes. Segundo Picazio (1998, p 73) o voyeurismo é considerado uma perversão sexual quando o indivíduo atinge a idade adulta. Helena esboça sua percepção sobre o caso de voyeurismo:

ele nunca... nunquinha agiu assim, não sei o que deu nele...sempre confiei muito nele, sempre foi muito respeitador, tenho certeza que antes disso ele nunca mexeu com Marina... ele tinha carinho como se ela fosse uma filha pra ele... não acredito que ele tenha feito isto antes.

Foucault (2002, p 81) considera que o crime é algo aparentado com o pecado e com a falta, sendo algo que danifica a sociedade, uma perturbação, um incômodo para toda a sociedade. Nesta perspectiva o criminoso assume a condição de inimigo social. Sendo a sociedade o resultado das interações sociais dos indivíduos em um determinado espaço e grupo relacional. E sendo o crime algo que danifica esta estrutura, podemos considerar que a tipificação de condutas e atos é determinada pela própria sociedade e nela é percebida se o indivíduo produz e reproduz comportamentos não acatados pelo grupo social, provocando um efeito marginalizador do indivíduo, onde é colocado a espreita de suas relações sociais. O efeito que determina a sua “rotulação” por um comportamento e nela transita a relação bom/ mau, de sentido instantâneo do censo comum. Uma relação que não provoca no indivíduo o sentido de repensar sua conduta, mas de abrigar e acatar o sentido dado.

Aparentemente a morte para Francisco era sua única alternativa, pois não cometera um comportamento abusador anteriormente, tinha que controlar e reter este sentimento sexual

pela infante nunca manifestado antes. Segundo Cassorla (1986, p 68): “o sexo por aspectos psicológicos e sociais, é comumente sentido como algo que conduz sentimentos de culpa, como algo mau, que deve ser controlado e reprimido”.

Todavia, havia inúmeras alternativas, dentre elas a de assumir a postura pedófila e enfrentar o julgamento social mediante ações judiciais. Delegando à vítima o papel de responsável por sua ação, Francisco poderia imputar à menina o afloramento de seus impulsos sexuais, estimulando-o para o abuso. Constituindo-se o abusador como uma mera vítima das circunstâncias, devido à criança também desejar esta ação.

Outra situação seria contestar a denúncia da esposa, pois o mesmo mantém boa conduta perante seu grupo social, é “bem visto” pelos amigos, e apenas por ciúmes e perseguição a esposa estaria difamando-o perante a sociedade. Sendo que o mesmo sempre dispensou tratamento à menina, de forma afetuosa e muito respeitosa, zelando e protegendo-a, exercendo o pleno papel de melhor avô. Nesta situação poderia negar os fatos e inverter os papéis, colocando-se como vítima da esposa cruel e mal intencionada.

Ou simplesmente o indivíduo poderia reconhecer seu ato, conduta tipificada como crime, assumir e responsabilizar-se pelo erro, e cumprir as penalizações impostas no devido processo legal do Poder Judiciário, colocar-se a revelia da sociedade e de tentar reconstruir seu espaço de relações sociais.

Neste caso, caberia ressaltar que a morosidade do Poder Judiciário dispersa a gravidade de determinadas condutas pedófilas. Determinando provas materiais, reduzindo as evidências constantes nos relatos das vítimas, deferindo para que o abusador responda o processo em liberdade, entre outras medidas que coloca o pedófilo em destaque, como sujeito inimputável. Estes exemplos de alternativas ou condutas que eximem ao ato de suicídio, provoca a uma ação pensada de como a sociedade conduz o trato aos pedófilos, de como nossas crianças emergem de ações reais de proteção e de como são expostas a estes crimes e violações.

Todavia, o suicídio põe fim ao tormento, de romper com o sofrimento interno, individual e secreto da pessoa, em não poder

manifestar e/ou transparecer uma conduta que não condiz com seu próprio eu diante de suas relações interpessoais e sociais. Para Pizá (2007, p 61) o desejo de acabar com esse sofrimento sem fim faz surgir uma violência obscuramente crescente e silenciosa, um ataque mortal contra si, encontrando na explosão final do ato suicida a última tentativa de fugir. Tal qual descrito por Helena:

ele chegou bem perto de mim e disse “não irei te incomodar”, é como se ele me pedisse desculpas... sei que ele estava arrependido, não queria isto e ele também não, ele só fez isso (suicídio) porque ficaria com vergonha dos amigos e da família..... eu perdoaria ele

Nos acompanhamentos psicológicos que a neta Marina foi submetida, a menina não relata vivência abusiva anterior ao suicídio. Ao se reportar em Francisco, apresenta boas lembranças. Não expressa debilidade nas relações afetivas e relacionais com o avô nem possui conhecimento de relações abusivas e sexuais, relata todos os fatos ocorridos na noite do suicídio e confirma as narrativas de Helena.

Helena apresenta discernimento dos fatos ocorridos em sua família, possui maturidade social em deparar-se com situações conflitantes, reagindo positivamente em encarar os fatos (abuso sexual) e discernir que a responsabilização seria dada pelo Poder Judiciário, que o imputaria em cumprir sua pena. Não condenando-o a margem a sociedade vislumbrado pelo censo comum:

eu só queria justiça, não queria o mal dele... quem sabe um dia a gente voltasse a morar junto... a gente se gostava...eu sei que ele não tinha feito isso antes... ele errou e sabia disso... mas eu jamais voltaria a confiar nele... confiança você sabe né, uma vez perdida...

Ao vislumbrar as narrativas de Helena, consideramos que o comportamento de Francisco (suicídio), foi influenciado pelos processos de socialização, e neste podemos ressaltar a presença da informação prestada pela mídia na relação de interação direta e indireta entre seu receptor, ao discorrer conteúdos que possibilite ao

indivíduo a acatar padrões da sociedade de certo e errado e manter condutas reprimidas para não provocar a ruptura e/reprovação social.

Como não há nada no indivíduo que lhe possa fixar um limite, este lhe deve necessariamente vir de alguma força exterior ao indivíduo. É preciso que uma força reguladora desempenhe para as necessidades morais o mesmo papel que o organismo para as necessidades físicas. Isso significa que essa força só pode ser moral, tal qual apontado em Durkheim (1982).

No decorrer das entrevistas Helena remonta a rotina familiar, das atividades e responsabilidades dos membros da família, apontando a interatividade de agentes externos e indiretos na dinâmica familiar e diz: “a noite Francisco esperava eu fazê a janta... a gente sempre conversava bastante, depois a gente sentava na sala pra ver televisão... lá pelas tantas, nós ia dormir”.

Pode-se considerar que Francisco estimava a repercussão social de seus atos realizados com a neta Marina, refletindo o que tem sido muito apresentado e discutido pela mídia atual, diante de inúmeros casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes (neste caso o abuso refere-se ao ato de voyeurismo). A própria mídia estabelece subsídios e aporte de formador de opinião e/ou agente reprodutor da opinião social. Segundo Picazio (1998) “a mídia tem um peso muito grande em nossa cultura... recebemos indiretamente uma carga de valores e normas... A mídia tem o poder de reforçar algumas atitudes e emitir julgamentos sobre o que é mais ou menos adequado” Picazio (1998, p109).

Em Defleur; Ball-Rokeach (1993) o papel da mídia é apontado como veículo de informação e agente de socialização da sociedade moderna, ao colocar a sociedade como expectador dos fatos relatados e retratados pela televisão, subordinando a este determinada responsabilidade na formação de opinião dos expectadores:

A mídia ensina padrões morais amplamente aceitos na sociedade,... a apresentação de violência excessiva, comportamento sexual desviante, atividades criminosas, drogas ilegais, e outros problemas socialmente negativos, ... é uma forma

padronizada de tentar formar discernimentos sobre as influências das comunicações de massa. (DEFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 227).

Para Castro (2000, p 11) a mídia como veículo de informação para o indivíduo – receptor recorre da interação de formas simbólicas produzidas na coletividade e “é uma construção social e como tal, está vinculada a processos históricos, sociais, culturais...”. A mídia possibilita o processo de construção da realidade sócio-histórico-cultural como projeção e produção de si mesma.

Helena relembra muito emocionada (voz embargada), continua seus relatos: “ele sempre foi bem respeitado, tinha muitos amigos do trabalho, do jogo (rodas de canastra), ... acho que tinha medo de pegar cadeia”. Para Foucault (2002, p. 85) a noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei, mas das virtualidades de comportamento que elas representam.

É demonstrável que o comportamento de Francisco não é dotado apenas pela condição psicológica (eu), mas condicionado pela sua natureza essencialmente social, ou seja a socialização, que corresponde ao mecanismo de interação e interiorização de aspectos correspondentes aos membros de determinada sociedade e de sua participação nela. Tal qual apontam Defleur; Ball-Rokeach sobre a lógica da socialização do indivíduo:

são concebidos em um ato social; são criados em um grupo caracterizado por laços interpessoais íntimos; vivem suas vidas em teias de complexa interação social; e finalmente, mandados para sepulturas em uma cerimônia social. Por outras palavras, eles são bem mais do que organismos individualistas reagindo a estímulos Defleur e Ball-Rokeach (1993, p. 237).

Para compelir a vida em sociedade, a significação de relações sociais e trocas entre indivíduos pertencentes ao mesmo grupo, são condicionadas pelo reconhecimento de regras, as quais definem e acatam o comportamento aceitável ou não do indivíduo,

e a existência desta convivência afirmada pela interação social dá-se pelo constructo da organização social:

seres humanos que são membros de grupos ou tem transações com grupos precisam compreender o modelo de organização social de cada grupo. São essas expectativas de provável comportamento social que lhes proporcionam diretrizes sobre quais modelos de ação e reação podem ser esperados Defleur e Ball-Rokeach (1993, p. 238).

Para Durkheim (1982) a sociedade prevalece sobre o indivíduo, na vida em sociedade o homem defronta com regras de conduta que não foram diretamente criadas por ele, mas que existem e são aceitas na vida em sociedade, devendo ser seguidas por todos. Sem essas regras, a sociedade não existiria e é por isso que os indivíduos devem obedecer a elas. E para o autor a sociedade que condiciona as condutas dos indivíduos, controlando suas ações.

O comportamento e as regras de conduta determinadas e/ou condicionadas por um grupo ou sociedade para o pertencimento do indivíduo é fator preponderante para a continuidade do mesmo em sua condição. Os atos expressos no comportamento do indivíduo estabelece a relação do reconhecimento do espaço de interação social, ou seja reconhece a magnitude das expressões do poder que emergem nestas instâncias simbólicas de reprodução das condições sociais.

Para Helena, Francisco cometeu suicídio por vergonha dos amigos e da família. Por não condizer com suas atitudes nas interações sociais que mantinha, introjeta em si, força sobressalente, na reprovação e condenação de sua conduta pela sociedade. Como visto em Bourdieu (1998, p 14), o símbolo da integração social, o poder simbólico, é estruturado porque é reproduzido socialmente, através do conhecimento e comunicação, ou seja produzido e reproduzido, acatado socialmente. Para Bourdieu (1998):

O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem...

os símbolos são instrumentos por excelência da integração social... eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social. (Bourdieu, 1998, p. 07-10).

Neste sentido, compreendemos o suicídio como uma forma de remontar condutas perante as estruturas simbólicas das interações sociais que são exercidas na sociedade.

Na impossibilidade de reafirmar sua condição de vida, de apropriar-se de sua identidade, de reestruturar suas relações sociais, o sujeito abdica de sua condição de sujeito, anula absolutamente qualquer perspectiva de reconstrução do seu conjunto de relações naquele espaço, cessa o sentido de pertencimento para transformação e coloca-se como ser negado à vida. Restando o imaginário anterior, tal qual Helena relata emocionada:

sinto muita, muita saudades dele, agora sem ele, fico pensando nos nossos bons momentos juntos, do quanto a gente era feliz... Marina sempre pergunta do padrinho Francisco... e eu digo: ele está lá em cima... olhando pra nós

No rompimento das relações sociais o sujeito, nega os princípios de sua identidade, não se faz reconhecer, porém nesta forma afirma o poder exercido entre dominador e dominado (sociedade-sujeito), e conforme Bourdieu (1998, p 188): “ é um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe”.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa possibilitou o desvelamento de algumas facetas relevantes a compreensão do fenômeno suicídio, que resulta em ampliar os questionamentos sobre a morte, pois o ato de tirar a própria vida é contraponto a luta dos indivíduos para mantê-la. Aproximar-se deste tema, fez com que haja um aumento na oportunidade de apreender a viver a vida como um presente.

Algumas diversidades foram encontradas no decorrer desta pesquisa, principalmente quanto ao tabu em se falar da

morte, numa circunstância tão vulnerável das interlocuções do seu significado neste caso especificamente. E na ampliação do número de indivíduos participantes na pesquisa, onde seriam postos ao método de entrevista, onde suas alegações decorreram que a proximidade do grupo familiar (família do suicida) poderia causar constrangimento e limosidade na relação, pois estariam se reportando a um fato que não se deseja mensurar. Deixado-nos claro, como o suicídio é um tema velado e negado na subjetividade individual de determinados grupos sociais

Conhecendo pouco mais os meandros do suicídio, em particular discutido em um estudo de caso, refletiu-se quão importante se faz a codificação das estruturas simbólicas da sociedade, no conjunto das interações das relações sociais entre os sujeitos.

Consideramos o suicídio como um produto da sociedade, um fenômeno social e não individual em uma pura expressão isolada do indivíduo. Apreendo o suicídio como um agente constitutivo de uma identidade social, determinado por simbologias sociais, pertencente da complexa dinâmica social. Refletindo como a sociedade pode ser altamente repressora, ao exigir do indivíduo o desempenho de condutas que o representem na trama das reproduções sociais. Foi percebido o fenômeno como uma alternativa do sujeito para reafirmar sua condição de vida, de sujeito, que nega a reconstrução de suas relações sociais, que não suporta a tentativa de remontar seu espaço social.

Esta pesquisa possibilitou o reconhecimento da prática profissional está associada à análise crítica da pesquisa, numa interação que perpassa o conjunto das relações entre indivíduo e sociedade, entre a ação, significados, entre a realidade e o subjetivo, na possibilidade de ampliar o conhecimento sob o prisma da reflexão.

## REFERÊNCIAS

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. F. Tomaz. 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.



CASSORLA, R. M.S. **O que é suicídio**. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.

CASTRO, M. L. D. de. In: **Mídias e Processos de Significação**. Programa de Pós-graduação em Comunicação do Centro de Ciências da Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2000.

DEFLEUR, M. L.; BALL-ROKEACH, S. **Teorias da comunicação de massa**. Trad. O. A. VELHO. 5. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1993.

DURKHEIM, E. **O suicídio; estudo sociológico**. Trad. N. C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. R. C. M. MACHADO; E. J. MORAES. 3. ed., Rio de Janeiro: Nau, 2002.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6. ed., São Paulo: Hucitec; 6. ed., Rio de Janeiro: Abrasco. 1999.

PICAZIO, C. **Sexo secreto: temas polêmicos da sexualidade**. São Paulo: Summus, 1998.

PIZÁ, G. **Afetos secretos do incesto**. In: DIAS, M. B. (Org). **Incesto e alienação parental: realidades que a Justiça insiste em não ver**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

SANTOS, H. de O. **Crianças Violadas**. CBIA/CRAMI. São Paulo, 1991.

SCHACKER, C. E. **Suicídio: perfil de uma família no interior de Goiás**. Dissertação de Mestrado. Rio Verde:Fesurv – UNB, 2007.

SAMPAIO, M. A.; BOEMER, M. R. **Suicídio - um ensaio em busca de um des-velamento do tema**. Rev. Esc. Enf. USP, v. 34, n. 4, p. 325-31, dez. de 2000.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1988.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.